

## AS REPRESENTAÇÕES TRAVESTIDAS DE MILITANTE\*

Luiz Rogério Oliveira da Silva\*\*

Resumo: Este artigo analisa a participação de militantes da esquerda brasileira no cenário da luta pela terra, que inseriu a temática da reforma agrária na agenda política dos primeiros anos da década de sessenta deste século. Ao focalizar a mobilização social dos lavradores, procuro entender a exclusão de algumas lideranças em descompasso com determinadas diretrizes partidárias muito em voga na época.

Abstract\*\*\*: The present article analyses the participation of Brazilian left-wing militants in the scenery of struggle for the land, which inserted the theme of the agricultural reformation in the political outline of the early 60s of this century. In focusing the farmer's social mobilization, the goal is to understand the exclusion of some leaderships not in accordance with determined party directions in fashion at that time.

Palavras-chave: História e Política, Movimentos Sociais no Campo, Militantes e PCB.

---

\* Uma versão preliminar deste texto integra o quarto capítulo da minha dissertação de mestrado, apresentada à Faculdade de Ciências e Letras/Unesp-Assis/SP, sob a orientação do professor José Carlos Barreiro (SILVA, 1994:136-171).

\*\* Professor da Universidade Estadual de Londrina/PR e doutorando em História Social pela Unicamp. E-mail: luizrog@sercomtel.com.br

\*\*\* Agradeço a tradução do resumo realizada pelo "Projeto Laboratório de Textos em Língua Estrangeira"/LEM/UUEL.

A análise do conflito agrário em São José da Boa Morte, localidade situada no município de Cachoeiras de Macacu - RJ, enriquece a reflexão sobre o papel da intervenção de atores provenientes da cidade na redefinição da identidade dos grupos sociais no campo, que se mobilizam visando manter ou conquistar a posse da terra.

Neste artigo procuro pensar a relação que os diferentes agentes e suas condutas, marcadas pelas divergências no plano político, estabelecem com a resistência de um determinado grupo de lavradores. Identifico, sempre que possível, como a concorrência entre partidos e agências aflora nesse contato com os movimentos sociais nos primeiros anos da década de sessenta. Do conjunto dessas observações explicita-se uma interpretação para os eventos inserindo-os no contexto mais amplo da política nacional pré-1964.

De início, é importante mencionar que vários indivíduos atuantes junto às Associações de Lavradores carregam uma militância em organizações e partidos situados no espectro da esquerda pré-64. O que significa considerar a importação para o seio da mobilização de uma visão de mundo impregnada pelo entendimento da necessidade de uma transformação social, cuja radicalidade é ditada pelos cânones da agremiação partidária a que estavam vinculados. Hipótese que o material reunido durante a pesquisa para o mestrado<sup>1</sup> parece confirmar quando sugere a existência de um mútuo estranhamento, que emerge das práticas dos agentes como um problema de difícil resolução. Espécie de confronto furtivo que se reproduz em meio ao embate central: ocupantes de terras e seus aliados *versus* pretensos proprietários e aparato repressivo. Trata-se aqui das dificuldades decorrentes da convivência de diferentes projetos políticos, alimentando distintas maneiras de encarar os objetivos da luta pela terra, que se comunicam através de uma ação comum contra os interesses daqueles que expulsam lavradores das áreas por eles cultivadas há anos.

---

<sup>1</sup> Basicamente, depoimentos de posseiros, lideranças de organizações rurais e militantes, inseridos em vários jornais e no Processo N.º 7.477/69 (sob responsabilidade da 2ª Auditoria do Exército da 1ª Circunscrição Judiciária Militar do Estado do Rio de Janeiro e arquivado no Superior Tribunal Militar), bem como entrevistas com participantes do conflito realizadas em janeiro de 1992.

## O pano de fundo do conflito em São José da Boa Morte

Na intenção de situar a problemática abordada e fornecer informações importantes para que o leitor acompanhe a análise em curso, cabe traçar minimamente o panorama da questão fundiária no estado do Rio, da virada da década de cinquenta até o desfecho do golpe militar de 64. Para tanto destaque como interlocutores privilegiados dois trabalhos do Museu Nacional (PPGAS/UFRJ) preocupados em desvendar o significado da intensa mobilização, que varre a paisagem rural naquele período e se manifesta no crescimento das ocupações das terras apontadas como improdutivas e na eficácia associativa alcançada pelas organizações de lavradores.

Uma constatação preliminar, enfatizada tanto por Mário Grynszpan quanto por Eliane Cantarino O'Dwyer, é o papel desempenhado pelos despejos, desencadeados principalmente a partir de 1950, como elemento decisivo na confecção de uma identidade coletiva camponesa. O que significa inferir na afirmação do contraste entre lavradores (posseiros, arrendatários, meeiros etc.) e grileiros (via de regra falsos proprietários promotores dos despejos) o referencial básico para a elaboração das identidades conflitantes. Contudo, a própria Eliane chama a atenção para o paradoxo da reivindicação da condição “camponesa” no instante em que os trabalhadores perdem o acesso ao cultivo da terra. Dado ainda mais peculiar quando se sabe que não existiam grupos sociais reconhecidos como “camponeses” até aquele momento no estado do Rio. O que implica na elaboração de uma explicação compartilhada e discutida pelos dois pesquisadores:

“com a expulsão sistemática dos trabalhadores residentes nas grandes propriedades e a modificação das suas condições de trabalho e manutenção, sobreveio uma identidade coletiva camponesa como forma de expressão e representação social e política” (O'Dwyer, 1988: 4).

Semelhante argumentação é reforçada pelas indicações oferecidas por Grynszpan em sua preocupação com a relação entre as contendas políticas e

o aparecimento de uma identidade social forjada pela participação ativa. O que provoca uma competição acirrada entre partidos (principalmente o Partido Comunista Brasileiro - PCB e o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB) e entre entidades (Federação das Associações dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro - FALERJ, Círculos Operários, Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro - FLERJ, Ligas etc.) pelo controle da mobilização camponesa, ou seja, pelo reconhecimento da representação dos projetados como legítimos interesses dos agrupamentos residentes no campo. Ele também destaca a expulsão violenta como fator gerador da tensão social:

“a leitura dos jornais nos sugere que, pela sua grande recorrência, pela sua abrangência espacial, pelo número de pessoas envolvidas, pelos seus aspectos dramáticos e violentos, com tiros, espancamentos, queima de casas e destruição de plantações, o despejo de lavradores das terras que ocupavam há vários anos era o principal problema social existente no campo fluminense entre 1950 e o início da década de 1960” (Grynszpan, 1987: 16).

Assim sendo, percebe-se na reconstituição da análise o esforço em visualizar na prática social a delimitação de uma comunidade de interesses, sensível à necessidade de viabilizar uma organização antes ausente. Daí a relevância da definição de demandas “camponesas”, da luta pela diferenciação pretendida por meio da mobilização específica para a resistência e para a promoção de ocupações, que confere certa autonomia na arena das disputas políticas. Fator que atrai a atenção de partidos e demais instituições representativas, que se preocupam cada vez mais em contemplar os interesses dos lavradores na redação de seus programas, manifestos e palavras de ordem. Sobretudo num momento de exacerbação do debate quanto aos rumos a serem demarcados para a transformação social desejada, que instiga os classificados como promotores e executores dos desafios políticos.

Conforme atestam O’Dwyer (1988: 51-2) e Grynszpan (1987: 95-6), o processo de organização dos rurais em associações locais e a própria insistência no reconhecimento dos sindicatos, formados quase sempre a partir da

experiência do embate contra os despejos, estimulam a determinação de um campo específico de intervenção política. Ao mesmo tempo, essa demanda característica facilita a penetração de militantes interessados nos desdobramentos de cada conflito.

“Trata-se de pessoas que, apesar de muitas vezes terem uma origem camponesa, tiveram uma passagem pela cidade, por movimentos de trabalhadores urbanos e eram, muitas delas ligadas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). (...) Buscavam, dentro de uma estratégia mais ampla de transformação da ordem social, promover a organização dos lavradores, orientando-os em suas lutas” (Grynszpan, 1987: 96).

Todavia, se é plausível afirmar que alguns militantes foram realmente deslocados para atuar no campo, em sua argumentação, Eliane Cantarino ressalta que isso não significa que se possa reduzir o afluxo de indivíduos nas áreas de litígio a uma deliberação deste ou daquele partido. Pois vários relatos apontam motivações inclusive de natureza pessoal, como, por exemplo, a possibilidade de conseguir uma atividade produtiva capaz de assegurar a sobrevivência da família, para a transferência de trabalhadores, simpatizantes ou filiados de partidos para o interior deste (RJ) ou de outros estados da Federação. Ainda segundo a autora, é precipitada

“a suposição do senso comum intelectual de que as lideranças camponesas tiveram uma origem rural e, a partir de uma experiência urbana, tenham retornado ao campo no papel de organizadoras e educadoras, assumindo a condição de representantes do seu grupo social” (O’Dwyer, 1988: 83).

Tais considerações tornam evidente a importância do estudo dos laços criados entre lideranças (com atuação urbana ou não) e lavradores, decisivos para a manutenção da mobilização e para a superação momentânea das diferenças políticas. Logo, a questão de fundo a ser perseguida incide sobre as mediações legitimadoras do líder na sua relação com os agrupamentos políticos envolvidos na luta pela terra. Tarefa que deve-se efetivar paralelamente à análise do papel desempenhado por aquelas agências que se

solidarizam com a luta dos posseiros e são tratadas como aliadas por estes últimos.

“Assim, instituições como o Estado, os Partidos e a Igreja, pelas suas posições quanto à mobilização das massas rurais nos anos 50 e 60, atuaram na conformação de um novo ‘sujeito histórico’ personificado no movimento camponês. Não obstante tais ‘efeitos de poder’, deve-se evitar incidir em certo tipo de ‘concepção policial da história’, comum entre estudiosos que explicam os movimentos sociais - e isso principalmente em relação à área rural, cujos trabalhadores encontram-se entre os mais despossuídos das condições necessárias ao exercício da política, que exige competência específica - a partir da ação de agentes externos como o Estado e os partidos políticos que centralizam todo o poder em mãos dos seus quadros dirigentes (exemplificado pelo PCB)” (O’Dwyer, 1988: 33-4).

Como é notório, a dimensão assumida pelo problema fundiário no período analisado propiciou a projeção de algumas lideranças ligadas a certos partidos políticos, que detinham o controle dos jornais divulgadores dos fatos ou influenciavam a opinião pública através da sua agitação e propaganda.<sup>2</sup> Este é um aspecto importante na medida em que a distância em relação a determinadas posições partidárias contribuía para o isolamento ou mesmo para a exclusão dos que eram vistos com desconfiança e encarados como competidores potenciais. O que torna compreensível o reconhecimento da atividade de algumas lideranças locais em nível estadual (a fundação da FALERJ, em agosto de 1959, é um passo concreto nessa direção) e mesmo nacional (revelada pela participação nas diretorias da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil - ULTAB e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG). Os nomes, por exemplo, de Bráulio Rodrigues, José Pureza e Manoel Ferreira (respectivamente com atuações de destaque nos municípios de Nova Iguaçu, Xerém e

---

<sup>2</sup> Para um estudo das condições favoráveis à ação política dos lavradores no estado do Rio e da sua legitimação, consultar Grynszpan (1990).

Magé), tornam-se sinônimo de luta pela posse da terra. Oriundos do movimento sindical na cidade e próximos ao PCB, propagam os ideais de resistência à expulsão para diferentes regiões do estado.

No entanto, é exatamente a reprodução de um estereótipo para os líderes dos movimentos sociais no campo, que ganha autenticidade quando sustentado por um projeto aglutinador das aspirações de mudança social, minha porta de entrada para a abordagem do conflito no município de Cachoeiras de Macacu. Pode-se dizer que o ocorrido em São José da Boa Morte proporciona elementos para pensar a forma como disputas internas se refletem na articulação da mobilização. Até porque se observa na região uma contínua resistência contra os despejos desde meados da década de cinquenta, que culmina, após duas grandes ocupações para retomar terras supostamente devolutas, num decreto desapropriador de parte da área litigiosa pelo governo João Goulart.<sup>3</sup>

Além disso, à colisão de interesses entre os que competem pela direção do movimento em Boa Morte adicionam-se outros ingredientes, que fazem do caso uma situação exemplar. Um deles diz respeito à principal fonte de atritos com os posseiros<sup>4</sup> na área do litígio: a Fazenda Agrobrasil; acusada pelos lavradores de ser a maior grileira das terras reivindicadas como pertencentes à União. Seus proprietários descendem de uma tradicional família de fazendeiros, os Coimbra Bueno, detentores de vastas extensões de terras no estado de Goiás. O ex-governador daquele estado (1947-

---

<sup>3</sup> Conferir o Decreto Presidencial nº 53.404, publicado no *Diário Oficial da União*, de 14/1/1964, Seção I, Parte I, p. 345.

<sup>4</sup> Para o resgate da importância da designação dos lavradores (muitos deles parceiros, moradores ou arrendatários) como posseiros, categoria fundamental na batalha jurídica pela posse da terra à época, conferir Grynszpan (1990). No caso de Boa Morte, embora se verifique na região a presença de indivíduos que podem ser classificados como grandes posseiros, que inclusive brigam entre si e contra a Fazenda Agrobrasil na justiça, denomino neste texto como posseiros os que plantam lavouras de subsistência em posses de um a dois hectares e complementam suas necessidade com a caça e a “matagem” (extração de lenha para fabricação de carvão), muitos dos quais participam intensamente da mobilização.

1950) e ex-senador da República (1955-1963) pela UDN (União Democrática Nacional), Jerônimo Coimbra Bueno, juntamente com seu irmão e sócio, Abelardo Coimbra Bueno, eram responsáveis por diversas ações de despejo contra posseiros que tramitavam em várias Comarcas do estado do Rio desde 1958. É relevante assinalar que no currículo do empresário, engenheiro e político Jerônimo Coimbra Bueno, quase sempre envolvido com obras destinadas a construção e remodelação de diversas capitais, destaca-se sua passagem como auxiliar técnico no Serviço Sanitário da Baixada Fluminense e como representante da Associação dos Pecuáristas do Brasil Central.<sup>5</sup> O próprio Abelardo Coimbra Bueno, responsável pela condução dos negócios da família no estado, aparece com frequência no noticiário que cobre o conflito.<sup>6</sup>

### **A falsa idéia dos camponeses como marionetes**

O perfil daqueles que os posseiros e seus aliados qualificam como adversários políticos traduz claramente, portanto, o antagonismo em curso naquela localidade, que, diga-se de passagem, revela o essencial da questão agrária no Brasil. Pois um dos principais atingidos diretamente é também um influente representante dos setores que se opunham no Congresso Nacional às Reformas de Base propostas pelo Executivo Federal e apoiadas

---

<sup>5</sup> Para a trajetória de Jerônimo Coimbra Bueno, ver Beloch (1984: 499). Cabe acrescentar que o Plano de Saneamento da Baixada Fluminense, que inclui Cachoeiras de Macacu e foi iniciado na década de trinta sob os auspícios do Governo Federal de Getúlio Vargas, pode ter sido uma fonte valiosa de informações para as pretensões de pessoas interessadas na valorização futura das então insalubres terras do município.

<sup>6</sup> Abelardo Coimbra Bueno integra o conhecido IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) do Rio de Janeiro, tendo também participação nas seguintes companhias e grupos comerciais: Coimbra Bueno e Cia. Ltda., Agrobrasil S.A./British-American Tobacco e Fundação Coimbra Bueno (Dreifuss, 1981: 513).



pelo PTB de Goulart. O que contribui para colocar Boa Morte nas páginas da imprensa, principalmente após a primeira grande ocupação de novembro de 1961, conforme se depreende do significativo trecho do editorial de um jornal de circulação nacional reproduzido abaixo:

“Aí está, ainda agora, nas páginas dos jornais, o extenso noticiário do conflito que se arma no município Fluminense de Cachoeiras de Macacu, onde se chegou ao dramático de julgamentos simulados, seguidos de condenação à morte, onde se faz presente a ameaça do desacato às autoridades policiais e judiciais ...

Que não se permita mais, finalmente, a manipulação de uma massa de alguns milhares de pobres camponeses, cuja ação política é instintiva e nasce da miséria, por alguns capitalizadores de votos que se habituaram a fazer carreira à mercê da ausência e do desconhecimento do Estado”.<sup>7</sup>

Ao enfocar o movimento, o texto sintetiza de modo veemente uma possibilidade de leitura muito em voga. Nela os lavradores são tratados como incapazes de uma intervenção efetiva, já que a ênfase na manipulação coaduna a miséria à falta de escrúpulos de políticos ditos oportunistas. Isto em que pese o reconhecimento da possibilidade de uma “ação política instintiva” (sic!).

Aliás, o raciocínio difundido pelo editorial remete à sentença final proferida pelo Tribunal Militar em 25 de novembro de 1970, que julgou os acusados no Processo N.º 7.477/69, resultante do Inquérito Policial Militar (IPM) que apurou os acontecimentos no município de Cachoeiras de Macacu. Naquele documento o Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria do Exército absolve vários lavradores implicados nas ocupações de Boa Morte:

“considerando que a prova testemunhal em juízo, com relação à participação individual nos fatos delituosos narrados na de-

---

<sup>7</sup> “Posseiros”. In: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1961.

núncia, é falha e incompleta devido à falta de expressão política e social destes acusados, usados que foram por políticos inescrupulosos, como meras expressões numéricas em movimentos de pressão política de fim inconfessáveis<sup>8</sup> (Grifo meu).

No mesmo número em que evoca o conflito no seu editorial, o *Jornal do Brasil* destaca a participação de políticos conhecidos por seu temperamento controverso. É o que sugere a publicação de uma extensa reportagem sobre os acontecimentos em Boa Morte, onde se lê que “a maioria dos lavradores usam distintivos de propaganda do Sr. Tenório Cavalcanti ao governo do estado do Rio”<sup>9</sup>, tentando associar diretamente as reivindicações dos lavradores com um determinado projeto eleitoral. Suposição alimentada pela polêmica em torno da atuação de uma das lideranças que mais aparece no noticiário: Mariano Beser.

Não obstante as dificuldades previsíveis contra a mobilização dos posseiros, reforçadas ainda mais pela natureza de seus opositores, o que sobressai na cobertura do episódio é a denúncia, sustentada por alguns diretores da FALERJ, de que existiam agentes provocadores a serviço do governo norte-americano infiltrados entre os lavradores de Boa Morte. Para situar tais afirmações é interessante ressaltar que aquele conflito começa sem a promoção direta da Federação, isto é, ao contrário de outras oportunidades em que os dirigentes da FALERJ coordenaram desde o início a resistência e a ocupação, em Cachoeiras de Macacu aparecem competidores com penetração junto aos lavradores que discordam do encaminhamento proposto por algumas lideranças estaduais expressivas. Creio que a seguinte citação resume bem o conteúdo das acusações:

---

<sup>8</sup> Conferir: Superior Tribunal Militar, Processo N<sup>o</sup> 7.477/69, Segunda Auditoria do Exército da 1<sup>a</sup> Circunscrição Judiciária Militar, RJ, fls. 001571 e ss.

<sup>9</sup> “Líder do motim de Macacu constitui mistério”. In: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1961, 1<sup>o</sup> Caderno, p. 5. Para identificar o papel do grupo ligado ao então deputado federal Tenório Cavalcanti na luta pela terra, ver Grynszpan (1987: 268-82).

“Há um complô tramado por elementos do Ponto IV, instituição mantida pelo Departamento de Estado norte-americano, visando a criar um clima de inquietação entre os lavradores com o objetivo de justificar a intervenção armada no campo e assim refrear as lutas da classe em defesa de suas legítimas reivindicações - disse à reportagem de UH o Sr. Manoel Ferreira de Lima, presidente da Federação das Associações dos Lavradores do Estado do Rio (FALERJ), referindo-se à atuação do Sr. Mariano Beser em Cachoeiras de Macacu”.<sup>10</sup>

Para entender o episódio, é necessário retroceder um pouco. Em março de 1961, isto é, antes da ampla divulgação pela imprensa do conflito ocorrido em novembro, o *Jornal Terra Livre* destaca a ameaça da expulsão de cerca de 500 famílias da região de São José da Boa Morte. Segundo o noticiário, as autoridades competentes teriam protegido os supostos grileiros, e o despejo de mais de 30 famílias foi realizado pela polícia estadual de maneira violenta: “de metralhadora em punho expulsaram os trabalhadores e suas famílias das terras, destruindo os casebres, deixando dessa forma mulheres e crianças ao relento, passando fome”.<sup>11</sup>

A destruição das plantações, ferramentas de trabalho e moradias dos lavradores são práticas largamente utilizadas nos despejos, tanto pela polícia como pelos “capangas” dos chamados grileiros. Sua eficácia reside na criação de obstáculos para o levantamento das benfeitorias integrantes dos processos de manutenção de posse requeridos pelos advogados dos posseiros, bem como atingem os lavradores na medida em que impedem seu sustento durante a luta pela terra. Contudo, esta última dificuldade é geralmente contornada através do estreitamento dos laços de solidariedade com sindicalistas e trabalhadores urbanos, que passam a auxiliar o movimento arrecadando mantimentos e fundos para a sobrevivência dos posseiros.

---

<sup>10</sup> *Jornal Última Hora (1ª edição)*. Rio de Janeiro, 2 de novembro de 1961, p. 2.

<sup>11</sup> *Jornal Terra Livre*. São Paulo, março de 1961, p. 1.

De acordo com as fontes pesquisadas a tensão na área aumenta a partir da prisão pelos lavradores de alguns indivíduos identificados com a grilagem e expulsão das terras:

“os lavradores de Cachoeiras de Macacu, realmente homens da terra e que nela trabalham há mais de 6 anos, divertem-se com o susto que pregaram nos Srs. Miguel Ferreira Macedo, depositário do Juiz da Comarca, Antônio Vaz da Eira, Otávio Volpato, Paulo Velasquez e Orlando Oliveira Dantas”.<sup>12</sup>

Os relatos contam que após o encarceramento dos quatro indivíduos, que se diziam proprietários das terras, e do oficial de justiça encarregado de entregar os mandados de despejos em Boa Morte, realizou-se um julgamento simulado, condenando à morte no *paredón* os cinco homens, que permaneceram longo tempo amarrados e amordaçados no meio do mato aguardando o desenrolar dos acontecimentos. Tais fatos resultaram de um levante em que participaram mais ou menos 400 a 600 famílias de lavradores (os números variam conforme a fonte privilegiada) sob o comando, dentre outros, de Mariano Beser. Surge assim o nome daquele que será alvo da suspeição de Manoel Ferreira de Lima, naquele momento presidente da FALERJ.

As informações obtidas a partir da leitura dos jornais, que realizaram a cobertura do conflito, não explicam a penetração e o modo como Mariano Beser tornou-se um líder respeitado pelos lavradores. Elas apenas indicam que ele teria chegado à região dias antes da captura dos reféns apresentando-se como Presidente da União da Ligas Camponesas do Estado do Rio e assessor da FALERJ.

Assim que aparece em São José da Boa Morte, Mariano Beser inicia os preparativos para a resistência, orientando a construção de trincheiras, montando barricadas, obstruindo pontes, monitorando os principais acessos, enfim, preparando o terreno para qualquer eventualidade. Inclusive debatendo com os lavradores sobre a necessidade de se armarem com seus instru-

---

<sup>12</sup> “Líder do motim de Macacu constitui mistério”. In: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 22 de novembro de 61, p. 5.

mentos de trabalho: foices, enxadas, facões e algumas espingardas de caça. Ele transitava pela região em um jipe sem capota, trajando uniforme de campanha e portando uma pistola na cintura, perfil que associado à sua juventude (tinha na época 21 anos) impressionava pela ousadia. Seus discursos reafirmam que a reforma agrária se concretiza na prática com a ocupação e resistência naquelas terras, encontrando eco entre os lavradores que ouvem atentamente suas palavras e consideram-no um aliado na luta, embora seu sotaque espanhol faça com que muitos julguem-no um “americano” ou “estrangeiro”.

A retenção dos reféns provoca a reação das autoridades responsáveis pela segurança pública. A própria cobertura dos fatos pela imprensa é direcionada para a solução do impasse via enfrentamento da polícia com os lavradores. O juiz da Comarca, Gastão de Alencastro Rush, determina a ida para Cachoeiras de reforços policiais militares para apaziguar a situação e soltar os cinco presos. O então ministro Badger da Silveira acompanha de perto o caso e interfere na libertação de alguns lavradores, que haviam sido presos pela polícia em Niterói. Aliás, de acordo com informações conseguidas em minhas entrevistas para a pesquisa, a detenção dos posseiros que se dirigiam a Niterói, visando negociar com o governador do estado a paralisação dos despejos, teria sido o motivo desencadeador da prisão dos grileiros e do funcionário da Justiça como represália. Os próprios lavradores de Boa Morte teriam também se deslocado até a cidade de Cachoeiras de Macacu para livrar da cadeia alguns companheiros, o que foi alardeado pelo delegado local como uma tentativa de invasão da cidade pelos posseiros em “pé de guerra”.

A intervenção da polícia para libertar os reféns é seguida de perto por várias autoridades estaduais e federais, que participam das negociações. Nesse ínterim, o juiz de Cachoeiras decreta a prisão preventiva de Mariano Beser e de outros líderes da mobilização. Entretanto, Beser acaba fugindo precipitadamente da área ao perceber a presença da polícia e só será preso, juntamente com outros dois lavradores, quando desembarcam na estação das barcas, em Niterói, para um encontro com o governador Celso Peçanha no

dia 27/11/61.<sup>13</sup> Outro líder bastante visado, José Cabral, embrenha-se nas matas para burlar o cerco policial e continuar orientando a resistência. Sua convicção é de que a mobilização foi vitoriosa e incentivou a luta pela terra de posseiros em vários municípios do estado do Rio e da Guanabara, conforme afirma em entrevista concedida em seu esconderijo nas matas: “vencemos, ninguém tenha dúvidas. Agora lutaremos pela instalação de uma cooperativa, escola pública, assistência médica e dentária”.<sup>14</sup>

O julgamento do *habeas-corpus* impetrado pelo advogado de Beser e dos outros dois lavradores presos, Francisco de Assis e Antônio Xavier, é concedido por unanimidade e eles são colocados em liberdade no dia 7/12/61. Tal acontecimento é percebido como uma vitória decorrente da mobilização dos posseiros, que contribuíram de modo decisivo para a libertação, tendo inclusive organizado uma expressiva caravana para assistir ao referido julgamento. Entretanto, após a conquista da sua liberdade Mariano Beser desaparece completamente do cenário de Boa Morte, embora o movimento na área litigiosa permaneça vivo e ocupando o noticiário dos jornais.

Na verdade, a polêmica em torno da participação de Beser retorna, um ano depois, pelas páginas do *Jornal Liga*. Desta vez aparece uma extensa reportagem apresentando fotografias consideradas comprometedoras, cujo objetivo seria desmascarar definitivamente o vínculo dele com o Ponto IV, setor da Agência Central de Inteligência (a famosa CIA norte-americana), que teria atuado no fomento de falsas guerrilhas na tentativa de justificar a repressão aos movimentos sociais no Brasil.

“Mariano Beser, indicado pela seta [foto], participa de uma reunião internacional realizada no Rio, no dia 25 de agosto de 1961, sob os auspícios do Ponto IV. Na foto, obtida com

---

<sup>13</sup> Os relatos presentes nas entrevistas sugerem a realização de uma fuga cinematográfica de Mariano Beser, que teria despencado com o seu jipe em uma ribanceira e permanecido alguns dias escondido no mato, despistando assim os policiais encarregados da perseguição.

<sup>14</sup> “Com prisão de camponeses surgem novos focos de rebelião”. In: *Jornal Última Hora* (1ª edição). Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1961, p. 7.

absoluta exclusividade, aparecem também agentes imperialistas de outros países da América Latina...

Saudando o governador Carlos Lacerda [foto], o agente do Ponto IV, Mariano Beser, dissipou todas as dúvidas quanto às suas ligações com o autor do novo 'Plano Cohen', cuja execução está a cargo do famigerado torturador Cecil Borer".<sup>15</sup>

Ora, não é necessário ponderar em demasia os argumentos para perceber uma coincidência, no mínimo curiosa, entre o discurso veiculado pelos militantes das associações de lavradores, por meio dos jornais *Última Hora* e *Liga*, e aquele reproduzido no editorial do *Jornal do Brasil*. Ambos trabalham, nas entrelinhas ou mais explicitamente, com a possibilidade da manipulação dos lavradores por indivíduos interessados em "fazer carreira à mercê da ausência e do desconhecimento do Estado", ou "criar um clima de inquietação entre os lavradores com o objetivo de justificar a intervenção armada no campo e assim refrear as lutas da classe". Para compreender essa inesperada aproximação, que tem como base as desconfianças quanto a eficácia da intervenção dos trabalhadores do campo no cenário político<sup>16</sup>, cabe avaliar a diversidade de opiniões e compromissos políticos entre os militantes que atuaram na região conhecida como São José da Boa Morte.

---

<sup>15</sup> "Ponto IV assenta as bases da dominação dos Estados Unidos sobre nossa pátria". In: *Jornal Liga*. Rio de Janeiro, 25 de dezembro de 1962, 1ª página.

<sup>16</sup> Eliane O'Dwyer aborda brevemente o conflito de Boa Morte em um texto preliminar, elaborado a partir das questões suscitadas por sua dissertação de mestrado, baseando-se em notícias publicadas principalmente pelo semanário *Liga*. A análise indica a recorrência da temática da manipulação nas discussões sobre o campo, valendo transcrever o seguinte trecho: "encontra-se em jogo aí a concepção de que as lutas sociais não se dão ao nível das relações concretas que as motivam - falta de terras, exploração pelo patrão - porém da consciência dos agentes sociais para promovê-las, consciência essa que lhes seria delegada por alguém que tivesse um conhecimento de tipo acadêmico da situação em que vivem" (O'Dwyer, 1979: 20).

### **O PCB e suas defecções em Boa Morte**

Uma constatação relevante é a presença de partidários do PCB em Cachoeiras de Macacu no começo dos anos sessenta, como o presidente do Sindicato dos Lavradores, Anézio Dias de Freitas, e antigos militantes que lá se estabeleceram, por exemplo, José de Oliveira, ex-vereador do partido cassado pelo governo de Eurico Gaspar Dutra. Outros foram apontados como prováveis simpatizantes, caso do advogado dos posseiros, Anderson Fontes, que contratado pela FALERJ e assessorando o Sindicato dos Lavradores de Cachoeiras, teve uma atuação decisiva na comprovação de que a Fazenda Agrobrasil não possuía a titulação da totalidade das terras que reivindicava. A proximidade do PCB com a FALERJ e a ida à região de diretores da Federação, como José Pureza e Manoel Ferreira, que eram vistos como quadros do partido, é também um dado importante. Além disso, vários parlamentares, como Adão Nunes, Afonso Celso e Demistóclides Batista, filiados ao PCB e eleitos por outra sigla em 1962, por conta da situação clandestina imposta a atuação daquele partido, são mencionados nos jornais e no IPM de Cachoeiras. É certo que o deputado estadual Afonso Celso, através do seu mandato na Assembléia Legislativa, apoiou abertamente o movimento e visitou a área em litígio.

Embora seu nome não receba nos jornais o destaque conferido a outros participantes da mobilização, chama a atenção a trajetória de Anézio Dias de Freitas. O presidente do Sindicato dos Lavradores foi um dos principais alvos do IPM e da repressão policial em Cachoeiras de Macacu após o golpe de 1964.<sup>17</sup> Ao contrário de outros indiciados, que fizeram sua inscrição nos boletins e fichas criminais do Serviço de Cadastro e Documentação

---

<sup>17</sup> Impressiona o fato de que quase todas as pessoas com quem conversei naquele município recordam claramente o espancamento em praça pública submetido pelos militares a Anézio. O episódio ficou de tal modo registrado na memória dos moradores, sobretudo os que não tinham qualquer vínculo com o movimento dos lavradores, que começou a ser narrado mesmo quando a conversa não abordava diretamente o conflito.



(órgão do Departamento de Polícia Política e Social do Estado do Rio de Janeiro) a partir dos eventos de Boa Morte, Anézio já possuía registro e foi tratado no inquérito como um dos “profissionais da agitação”. Sua Ficha de Referência, arquivada naquele departamento, exprime bem os infortúnios na vida do militante político do período e fornece informações que incentivam a redação das peças acusatórias tão freqüentes no pós-golpe. Transcrevo abaixo uma passagem elucidativa:

“preso em 6 de agosto de 1955, para averiguações de atividades subversivas. Identificado e fotografado para legitimações. Solto posteriormente. Preso em 20 de novembro de 1956, para averiguações de atividades subversivas, em Cachoeiras de Macacu, apresentado ao DOPS com Of. 206/56 da Delegacia de Polícia daquele município. Solto no dia imediato. Preso em 17 de maio de 1965, para averiguações de atividades subversivas, falsa identidade; em seu poder foram apreendidos boletins subversivos, e documentos comprometedores. Solto posteriormente. Preso em 17 de junho de 1966 para averiguações de atividades subversivas, sendo encaminhado a PE do Exército, conforme Mandado de Prisão expedido pelo encarregado do IPM/709. Profissional do PCB. Foi presidente da Associação dos Lavradores de Cachoeiras de Macacu. Líder comunista, agitador atuante na questão havida em São José da Boa Morte. Viajou para Cuba e Rússia em 1963. Indiciado no IPM do município de Cachoeiras de Macacu, incurso na Lei 1802”.<sup>18</sup>

A prisão de Anézio nos idos de 1956 para investigar suspeitas sobre a sua conduta, tida por alguns como subversiva, confirma a tese de que a luta pela terra, amplamente noticiada nos primeiros anos da década de sessenta na região de Boa Morte, tinha raízes mais profundas do que a mera agitação

---

<sup>18</sup> Superior Tribunal Militar, Processo N.º 7.477/69, Segunda Auditoria do Exército da 1ª Circunscrição Judiciária Militar, RJ, fl. 000522. Consultei a cópia do processo integrante do acervo do Projeto “Brasil: Nunca Mais”, depositado no Arquivo Edgard Leuenroth.

provocada por partidários das Reformas de Base discutidas no Governo Goulart.

O depoimento dado ao IPM pelo Prefeito de Cachoeiras de Macacu, Ubirajara Muniz, filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro e eleito em 1962, que apoiou as ocupações de terras e acabou tendo o seu mandato cassado após abril de 1964, oferece elementos adicionais para compreender as disputas pelo controle daquela mobilização. No geral a versão de Ubirajara confirma a que foi divulgada em vários jornais da época, isto é, reconhece que simpatizava com os lavradores mas responsabiliza Mariano Beser pela ocupação de 1961 e o Sindicato dos Lavradores pela de 63. Tal estratégia foi importante para a sua defesa porque o inquérito, da mesma forma que os demais classificados como “IPMs da subversão” e realizados para atingir políticos reformistas imediatamente após o golpe, insistia em considerar Ubirajara Muniz como o promotor dos acontecimentos em Cachoeiras, tanto que ele terminou sendo o único condenado ao final do processo. Os vínculos estreitos com o projeto político de João Goulart foram reafirmados durante o depoimento e contribuíram para a sentença, que o condenou a três anos de prisão. Porém, a pena acabou prescrevendo sem que o ex-prefeito tivesse ficado preso em função daquela condenação, já que ele assume a opção pela clandestinidade após o fracasso da resistência planejada pelos seguidores de Leonel Brizola.

Dentre as declarações inseridas no depoimento de Ubirajara Muniz destacam-se algumas afirmativas categóricas referentes ao presidente do Sindicato dos Lavradores de Cachoeiras:

“que conhece Anézio de Freitas desde que ingressou para a política sabendo de que o mesmo é comunista confesso e atuante; que, é do conhecimento do depoente que Anézio de Freitas esteve na Rússia não sabendo qual a finalidade; que o depoente chegou a receber um cartão postal da cidade de Praga, de Anézio, porém não manteve outra qualquer correspondência; que o depoente não pode afirmar que na residência de Anézio de Freitas existia reuniões do Partido Comunista; que o depoente atendeu, como Prefeito, a várias solicitações de

Anézio; que o depoente e Anézio, mantinham laços de amizade; que o depoente era contrário às idéias políticas de Anézio pois o mesmo era homem de nível cultural bem inferior”.<sup>19</sup>

Tais assertivas se apresentam de modo bem mais matizado na entrevista que realizei com Ubirajara Muniz e nas declarações concedidas por ele aos jornais da época. Contudo, a variação na ênfase, que adequa o discurso ao interlocutor do momento, não esconde a disputa pela liderança da mobilização. Nesse sentido, pode-se dizer que os partidários do Executivo Municipal, controlado pelo PTB, travaram uma batalha de bastidores com os militantes do PCB, apesar da disposição comum de apoiar e difundir a luta pela posse da terra intentada pelos lavradores. De qualquer forma, a revelação de que recebeu um cartão postal remetido de Praga e a consignação do credo comunista, supostamente professado por Anézio, implicam o ex-presidente do Sindicato dos Lavradores, confirmando as expectativas dos acusadores. Um aspecto revelador, presente na justificativa elaborada por Ubirajara durante o IPM para demarcar sua discordância em relação ao dirigente sindical, está sintetizado no trecho: “era contrário às idéias políticas de Anézio pois o mesmo era homem de nível cultural bem inferior”. Salientando que se trata aqui de um militante do PCB que viajou por vários países do chamado “bloco socialista” e possuía em sua casa, conforme indicam os Autos de Busca e Apreensão<sup>20</sup>, uma biblioteca de textos políticos mais numerosa e diversificada do que aquela encontrada na residência do ex-prefeito, a afirmativa acaba projetando um preconceito arraigado tanto na elite intelectual quanto entre setores da militância situada à esquerda no debate político, que costumam menosprezar a experiência adquirida pelos lavradores em suas lutas pela conquista de um determinado espaço social.<sup>21</sup>

---

<sup>19</sup> Superior Tribunal Militar. *Op. cit.*, fl. 000061.

<sup>20</sup> Tive a oportunidade de discutir o material contido nos Autos e apreendido nas casas de Anézio e Ubirajara em um artigo anterior (Silva, 1995).

<sup>21</sup> A definição de espaço social bem como a relevância do estabelecimento de uma diferenciação a partir da manipulação do capital cultural são categorias encontradas em Bourdieu (1996: 9-33).

Em janeiro de 1992 realizei uma entrevista com Ubirajara Muniz para a minha pesquisa de mestrado. Sua abrangência foi parcialmente prejudicada tendo em vista que naquele momento eu ainda não havia tido contato com a documentação do IPM, ou seja, não foi possível indagar ao ex-prefeito sobre as declarações prestadas anos atrás para aquele inquérito. Embora Ubirajara não tenha falado muito acerca do envolvimento de Anézio de Freitas, ele narrou a participação de Mariano Beser nos seguintes termos:

“apareceu por lá um cidadão que dizia que estava vindo de Cuba, de lutas camponesas, chamado Mariano Beser. Então, esse Mariano veio com a roupa, um fardamento igual ao do Fidel Castro, verde-oliva, e começou a comandar as invasões ali dentro. Nessas alturas estavam vindo jornais de todos os lados, televisão, e estava se tornando uma exploração terrível em torno disso. Todo mundo queria ir para Cachoeiras de Macacu aparecer nos jornais. Todos os políticos, todo mundo queria aparecer, do lado direito, do lado da esquerda...Aí nós fomos para lá e ficamos conhecendo o Mariano Beser e começamos a perceber que a coisa não era boa! Aqui eles estão querendo fazer um foco de guerrilha, ou parecer que seja um foco de guerrilha, para que pareça que o Governo João Goulart é que está fomentando isto. Isso eu expus na Federação e no Sindicato mais tarde”.<sup>22</sup>

Confirma-se assim a súbita notoriedade do município de Cachoeiras de Macacu, que atrai políticos e jornalistas ansiosos por entender as motivações que levaram os lavradores a lutar pela posse das terras objeto de contestação judicial. É importante observar que a mobilização recorre a esses agentes para divulgar suas reivindicações e conseguir brechas na estrutura de poder responsável pela negociação das desapropriações.

Na continuidade do relato, Ubirajara Muniz reproduz as diversas suspeitas de ligação com o Ponto IV veiculadas pela imprensa e afirma que

---

<sup>22</sup> Entrevista com Ubirajara Muniz, realizada em seu escritório, na cidade do Rio de Janeiro, em janeiro de 1992.

Mariano Beser contestava com veemência as insinuações de sua ligação com os segmentos empenhados em desestabilizar o Governo Goulart. No decorrer da entrevista o ex-prefeito menciona alguns episódios que dimensionam o cenário das disputas e fornecem subsídios para prosseguir com a análise.

“Nós estávamos lá no interior e sabíamos só daquilo que passava lá. Segurávamos lá o interior. Essas querelas partidárias aqui debaixo [referindo-se a cidade do Rio de Janeiro], nós não queríamos nem saber... Quando nós participávamos de reuniões de conselhos era um acusa danado. Numa ocasião foi a julgamento Mariano Beser aqui no Rio. O Zé Izidro, que acusava o Mariano Beser, era da Liga Camponesa da Paraíba. E o Nivaldo era o defensor do Mariano Beser. Entretanto, a condenação do Mariano Beser foi morar na casa do Nivaldo e continuar na Liga. Ele tinha que ser expulso naquela época, eu não sei porque o Julião passou a mão por cima dele! São coisas assim que a gente não pode nem saber o que acontece nesses meandros”.<sup>23</sup>

Toda a confusão, os “meandros” da cassação da militância de Beser junto aos lavradores, retrata divergências determinantes para o isolamento experimentado por alguns indivíduos. As palavras de Ubirajara Muniz revelam ainda um certo estranhamento diante do debate sobre a condução do movimento tramado pelas instâncias partidárias e associativas, que detinham um relativo poder deliberativo. Durante a reunião do Conselho das Ligas do Estado do Rio, narrada acima, percebe-se um clima tenso, explicitado através da expressão “era um acusa danado”. O próprio “julgamento” de Beser, do qual teria participado Ubirajara, resume a desconfiança em relação a iniciativas encaradas como distantes das diretrizes políticas defendidas por boa parte das organizações envolvidas no projeto reformista de Goulart e seus aliados, dentre os quais o PCB, sobretudo no final de 1963 quando o partido integrou a Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base.<sup>24</sup>

<sup>23</sup> Entrevista com Ubirajara Muniz.

<sup>24</sup> Para avaliar os dilemas vivenciados pelo PCB, conferir a síntese circunstanciada de Pandolfi (1995: 183-207).

Nesse contexto, cumpre agora submeter à apreciação os argumentos de Mariano Beser, testemunha chave para a compreensão dos acontecimentos em São José da Boa Morte.

No dia 25 de janeiro de 1992, na sala de um antigo prédio de escritórios do centro da cidade do Rio de Janeiro, tive a oportunidade de entrevistar Mariano Beser.<sup>25</sup> O primeiro contato foi realizado no dia anterior, quando combinamos a entrevista durante uma longa conversa informal.

A impressão inicial transmitida por Mariano Beser é a de uma pessoa enérgica e ativa. Sua gesticulação constante aparenta um certo nervosismo, porém não indica falta de firmeza ou de confiança em si mesmo. Uma característica apontada por vários participantes do conflito, que conheceram Beser em 1961, e confirmada imediatamente, é a sua facilidade no trato com as palavras, o que faz supor que ele nunca tenha tido problemas para expressar com eloqüência suas opiniões, excetuando é claro as dissonâncias inerentes ao sotaque carregado herdado pela condição de imigrante, que na época do conflito deveria ser bastante acentuado.

Beser afirma ser filho de uma família de espanhóis que lutaram na Guerra Civil Espanhola e na Resistência Francesa contra o nazismo. Faz questão de ressaltar que o seu pai pertenceu ao Partido Comunista e lutou no exército de *La Passionária* (referência a revolucionária espanhola Dolores Ibarruri), atuando basicamente em Perpilhão, nos Pirineus. Desde então, alega ter convivido com comunistas, socialistas e anarquistas, rememorando as fugas para os refúgios antiaéreos e as reuniões dos partidos de esquerda que marcaram sua história de vida.

Chega ao Brasil em 1950, quando tinha mais ou menos onze anos de idade. Segundo descreve, começa sua militância política na Juventude Comunista com aproximadamente doze anos. Todavia, apesar de mais moço do que seus companheiros de organização, a experiência nas montanhas, na

---

<sup>25</sup> Pelo menos até aquela data nenhum pesquisador havia tido acesso a versão de Beser sobre o episódio. Não sei informar se após a minha entrevista ele foi procurado por mais alguém.

guerrilha contra os franceses, enfim, sua vivência com o movimento comunista internacional, facilitou a adaptação e o desempenho das tarefas partidárias. Mariano Beser localiza em 1953 sua primeira lembrança da investida dos dirigentes contra o espírito questionador de certos grupos dentro do partido, que teve como conseqüência o cerceamento do trabalho da Juventude Comunista. Sua argumentação, ainda no princípio da entrevista, sugere dissimuladamente que os fatos narrados por integrantes do PCB contra ele, na época do conflito em Boa Morte, não passam de uma trama urdida com frequência para perseguir os que divergiam da posição hegemônica no partido.

Ele relata de modo passional dois casos em que as deliberações de membros do PCB decepcionaram-no profundamente: o primeiro refere-se à política de inserção do PCB nas massas, quando muitas vezes profissionais liberais eram deslocados para trabalhar em fábricas ou cumprir tarefas simples como vender jornais; o segundo diz respeito ao apoio do partido à campanha de Juscelino para Presidência da República, momento em que os comunistas empenharam-se na criação dos comitês Juscelino/Jango por todo o país.

Desiludido por orientações partidárias desse gênero, Beser situa nessa decepção a origem da sua convicção de que o caminho das tão sonhadas transformações não passava necessariamente pelo trabalho político no meio urbano. O campo, onde as manifestações não tinham ainda o caráter da agitação partidária emprestado ao movimento operário, parecia ser o lugar ideal para a divulgação do socialismo. De certa forma, a concepção romântica difundida por Mariano Beser, que vislumbra no camponês a pureza de intenções que a árdua competição sindical urbana sufoca, é recorrente nas teses de diversas organizações do período, influenciadas ou não pelas revoluções cubana e chinesa. O pesquisador Marcelo Ridenti, em sua análise da guerrilha do Araguaia, chama a atenção para os possíveis vínculos da estratégia que privilegia o habitante das remotas paragens rurais com a rejeição do espaço urbano.

“Embora a maioria dos integrantes das esquerdas armadas morassem em capitais, eles eram originários do interior, presumi-

velmente haviam tido certo contato com os homens e os problemas do campo, sem contar que provavelmente eram filhos ou netos de gente com raízes rurais, pois a urbanização em maior escala na sociedade brasileira ocorreu a partir dos anos 50. Então, pode-se conjecturar que, após a derrota imposta pelo golpe de 1964 ao projeto das reformas modernizantes e democráticas, alguns setores sociais vencidos passaram a identificar no urbano, conscientemente ou não, a modernidade da revolução autocrática e burguesa... A estratégia da revolução pela guerrilha rural e de privilegiar, nela, o papel do homem do campo, estava dentro de um movimento mais amplo de negação da cidade, espécie de volta as raízes rurais da sociedade brasileira, a um imaginário paraíso perdido” (Ridenti, 1989: 453-4).

Imbuído do espírito que enxerga no campo as condições propícias para que o processo revolucionário aconteça, Beser declara que matriculou-se na Escola Secundária Agrícola da Universidade Federal Rural, localizada no município de Itaguaí - RJ, onde estudou durante três anos e concluiu o curso de Técnico em Agricultura. Nesse intervalo adquiriu uma posse de bananais na região de Mazomba, nas proximidades daquela universidade, local em que participa de um confronto com pretensos proprietários. Foi a partir dessas desavenças que, entre 1960 e 61, conheceu vários dirigentes da FALERJ. Na época tinha 20 ou no máximo 21 anos, mas a pouca idade não impediu que percebesse, na relação travada com José Pureza, Manoel Ferreira e Bráulio Rodrigues, um entrave que, do seu ponto de vista, prejudicava a mobilização dos lavradores.

“A gente tinha um ideal. A gente sentia que eles lutavam por um ideal, mas que eram presos a uma coisa... e essa coisa era o partido. Eu como membro do partido, eu ainda não tinha me afastado do partido, fiz parte inclusive, em Niterói, da Seção Estadual do Campo. Conheci o Grabois, conheci o Marighella, conheci o Carlos Danieli. De todos o que eu levo assim a melhor lembrança é do Grabois... Foi uma pessoa que aceitou as



idéias. Disse: Não, é isso mesmo, um dia nós vamos chegar lá, mas é um dia!”<sup>26</sup>

Dois nomes que Beser resgata na memória para evocar sua militância no PCB, Maurício Grabois e Carlos Marighella, projetam uma empatia com setores que futuramente abandonariam o partido e constituiriam alternativas importantes para os que divergiam da política defendida pela maioria do Comitê Central, embora ambos tenham se tornado expoentes em organizações diferentes. A tese do partido como carcereiro dos desejos de seus militantes, que se sentiam prisioneiros de concepções programáticas ditadas *a priori*, está presente em vários momentos da entrevista.

Mesmo considerando que a repercussão de eventos da atualidade, como a queda do muro de Berlim e a falência do socialismo real soviético, possa ter contribuído decisivamente para projetar no passado certezas ou interrogações que só hoje podem ser visualizadas. A diáspora dos partidários do PCB, iniciada antes do golpe e acelerada com o titubeio após a tomada do poder pelos militares, promoveu a ampliação da representação de esquerda, creditando às palavras do entrevistado uma autenticidade reivindicada por quem assegura ter questionado, juntamente com outros integrantes, certas posturas de algumas lideranças.

Daí a irritação de Beser quando fala da intolerância em relação à divergência, conforme se depreende no trecho abaixo.

“Não havia discussão, havia apenas uma ordem... aquele que divergia um pouco, aí vinha logo a palavra podar, cortar, dar rasteira. E eu, depois disso, vi na prática o que aconteceu com Che Guevara. Foi traído, assim como todos aqueles que divergiam das idéias do partido foram traídos. Foram lançados numa tarefa e retiraram o apoio a eles, para que eles se acabassem naquilo... Então eu era totalmente contra aquilo. E eu fui me afastando aos poucos de toda aquela organização do parti-

---

<sup>26</sup> Entrevista com Mariano Beser.

do. Porque exatamente era aquilo que eu combatia. Tanto combatia na sociedade, como dentro do partido”.<sup>27</sup>

Aqui a denúncia de traição aparece claramente no discurso de Beser. Ao contrário do que foi fartamente veiculado pela imprensa, o traído pela campanha vexatória incentivada por integrantes do PCB e do PTB teria sido o acusado de aventureiro e agente a serviço da CIA. Entretanto, a versão ainda não esclarece os motivos que levaram várias lideranças a aderir à desmoralização de um militante reconhecido pelos lavradores. Tal lacuna é preenchida quando Beser fala de seu relacionamento com Manoel Ferreira, um dos que mais duramente acusou-o de provocador pago pelo “imperialismo”.

“Eu lembro do Manoel Ferreira. Eu fui delegado no Congresso Rio-grandense-do-norte dos Trabalhadores Agrícolas e o Ferreira foi junto comigo. E nessa ida ao Rio Grande do Norte, eu pude conversar muito com o Ferreira: Mas Ferreira, todo esse potencial teu tem que ser voltado para uma luta justa. Eu não digo que os seus objetivos sejam injustos. Não! Você fica tolhido, você não decide, você espera que o comitê decida por você. Então todas as suas decisões são tardias, elas não chegam no momento oportuno. Ele esteve comigo em Pernambuco. Nós fomos hóspedes do Julião, que nós já tínhamos tido contato aqui no Rio. E o Julião era aquilo que a gente queria, ou perto daquilo que a gente queria. Movimento camponês aberto, livre, podendo tomar decisões. Imagina você, numa luta de camponeses em Magé, ou em Caxias, ou em Nova Iguaçu, ou em Macaé, você fica preso a uma decisão que vai depender de um comitê estadual, que vai depender do nacional, que vai se reunir com o internacional, que vai saber das orientações de fora para dentro. Quer dizer, a coisa não funciona! E o movimento das Ligas Camponesas já era uma coisa mais local, mais dinâmica, o pessoal decidia o que tinha que fazer e fazia. Eles tinham uma diretriz, a diretriz era a

---

<sup>27</sup> Entrevista com Mariano Beser.

posse da terra, era a terra para quem nela trabalha. Era mais ou menos o que a gente queria”.<sup>28</sup>

O contato com as Ligas Camponesas do Nordeste é apresentado como uma alternativa de organização ao trabalho empreendido pelo PCB e seus simpatizantes. Neste caso, Mariano Beser idealiza a relação entre lavradores e lideranças, contrastando o posicionamento rígido e centralizador de uma dada orientação partidária com o dinamismo e a autonomia supostamente permitidos pelas Ligas. A radicalidade na defesa da terra para quem nela trabalha somada ao maior poder de decisão, percebidos na atuação das Ligas, aparentemente convenceram Beser das limitações nas diretrizes do PCB no que se referia à luta pela terra.

Na verdade, a partir de 1961 a proposta de Francisco Julião para as Ligas afasta-se da perspectiva que privilegiava a adoção de instrumentos legais para a reivindicação da posse da terra. Cada vez mais se torna fundamental a bandeira da conquista de um indeterminado socialismo como prioridade para o movimento, em detrimento da experiência adquirida com a organização dos camponeses nordestinos. Jacob Gorender destaca tal inversão, apontando que a ida de Julião a Cuba no ano de 61 teve uma influência decisiva nessa deliberação.

“O dirigente das Ligas abandonou a orientação seguida com êxito há vários anos e começou a pregar uma concepção socialista coletivizante da reforma agrária. Tornou-se talvez o primeiro a defender uma das idéias-chave dos anos 60: a do papel principal dos camponeses na revolução socialista, com explícita depreciação da função revolucionária hegemônica atribuída pelo marxismo ao proletariado. Como corolário a utilização de meios legais e das lutas parciais foi menosprezada e a via da luta de guerrilhas subiu ao primeiro ponto da agenda” (Gorender, 1987: 38).

---

<sup>28</sup> Entrevista com Mariano Beser.

Logo, a atitude de Beser durante a mobilização dos lavradores de Boa Morte, em novembro de 61, não pode ser classificada como algo isolado e inteiramente desvinculado da prática ensaiada pelos movimentos sociais no campo. O precedente da estratégia assumida pelas Ligas constitui um exemplo seguido em vários estados e importa na medida em que envolve lideranças expressivas no debate sobre o encaminhamento da reforma agrária. Além disso, o próprio Julião já havia estabelecido vínculos em Cachoeiras de Macacu, tendo realizado ainda em abril de 1960 uma palestra naquele município, que reuniu mais de duzentos lavradores, conforme reportagem do *Jornal Terra Livre*.<sup>29</sup>

A radicalização nos rumos da resistência às ordens judiciais de despejo, verificada com a chegada de Beser na região conflituosa, tem de ser examinada à luz da guinada incentivada pelos adeptos da visão política compartilhada por Francisco Julião e que precipitaram os acontecimentos no ano seguinte. O lançamento em Ouro Preto do Movimento Revolucionário Tiradores (MRT), no dia 21 de outubro de 1962, sustentado por vários dirigentes das Ligas, estava em franca sintonia com o entusiasmo da conquista imediata do socialismo a partir do enfrentamento procedente do campo. Não é à toa que Gorender identifica nesse arremedo de guerrilha uma das raras tentativas de deflagração popular antes do golpe militar.

“Incitada pelo foquismo cubano, a direção do MRT se orientou no sentido da preparação da luta armada. Comprou algumas fazendas e instalou nelas campos de treinamento de guerrilha. Na edição de 4 de dezembro de 1962, *O Estado de S. Paulo* noticiava que os órgãos de segurança haviam descoberto um campo de treinamento em Dianópolis, município de Goiás. Ali foram presos vários militantes do MRT e apreendidas armas e munições” (Gorender, 1987: 47-8).

Todo esse contexto da política nacional informa as disposições que emanam das ocupações em São José da Boa Morte e que foram mistificadas

---

<sup>29</sup> “Chico Julião no Rio”. In: *Jornal Terra Livre*. São Paulo, junho de 1960, p. 2.

posteriormente no resgate efetuado pelo IPM. As pretensões de Mariano Beser de expandir o confronto específico de Cachoeiras para outros municípios, utilizando-se do recurso da luta armada, apenas antecipa os passos daqueles interessados em aprofundar as denominadas Reformas de Base. Portanto, o conteúdo da entrevista incorpora um conjunto de pressupostos norteadores das diversas manifestações de protesto ocorridas no campo às vésperas do regime militar. A própria crença no espraiamento de conflitos isolados no interior do país por todo o território nacional seria retomada pela militância armada pós-64. Nesse sentido, as ponderações de Beser contra o suposto imobilismo do PCB fazem parte de um olhar bastante difundido na última fase do governo Goulart, que enxergava nas Reformas de Base a luta “que permitiu mobilizar e aglutinar grande conjunto de forças sociais e esboçar, de 1963 a 1964, uma situação pré-revolucionária no Brasil” (Gorender, 1987: 31).

Beser é ainda mais explícito quando interpelado sobre a acusação que pairava na época da sua ligação com os interessados em promover “falsas guerrilhas no campo”. Ele nega seu envolvimento com os classificados como a “direita imperialista” e chega a afirmar que reuniu-se com empresários e políticos liberais simpáticos ao movimento dos lavradores, porém alega nunca ter participado de qualquer tipo de acordo capaz de prejudicar a mobilização. O episódio das denominadas “fotos comprometedoras” reproduzidas pelo semanário *Liga*, apenas retrata alguns momentos da sua presença em encontros convocados por várias entidades e políticos interessados na solução dos problemas agrários. Para Beser o maior problema enfrentado foi justamente a briga entre os aliados situados no campo da esquerda. Quando indagado sobre a participação de membros do PTB, ele reafirma o apoio de Ubirajara Muniz, esclarecendo que a luta pela terra nunca teve a pretensão de eleger candidatos a qualquer cargo político.

Para aumentar o elenco das forças políticas envolvidas no conflito de Boa Morte, cabe registrar a menção feita durante a entrevista à ajuda prestada pela Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (ORM-POLOP). O congresso de fundação da POLOP realizou-se em 1961, sendo

que a perspectiva adotada pela organização assemelha-se em vários aspectos à proposta por Beser. A POLOP já defendia, ao lado das Ligas Camponesas, a preparação e a realização de guerrilhas antes do golpe de 64. Sua recusa da luta democrática institucional pela reforma agrária, sob o argumento de que ela engendraria um campesinato conservador, vai de encontro à tese de Beser a respeito da distribuição da terra.

“A minha posição era pelo trabalho coletivo na terra. Eu nunca fui pelo trabalho assim individual. Retalhar a terra significava miséria, significava pobreza, não era por aí. A gente podia reivindicar, lutar pela terra, mas por uma produção coletiva, onde todos produzissem numa mesma área, porque aí a produção é muito maior, ela é muito mais fácil, ela é muito mais rentável e mais agradável!”.<sup>30</sup>

Dessa forma, vários indícios confirmam uma aproximação de Beser com a POLOP. Os dados da entrevista assinalam os problemas que tal aliança teria proporcionado para este junto à militância do PCB. Localizo abaixo o momento em que, respondendo a uma pergunta sobre a participação de outras pessoas na mobilização de Boa Morte, pela primeira vez ele se refere a POLOP.

“A POLOP então foi magnífica! Ajudou, mandou estudantes até de Minas Gerais... Nós estivemos no Centro Cultural da UNE, a própria UNE em si ajudou. Mas nisso tudo havia uma pressão muito grande, porque naquela época ser de esquerda, ter idéias avançadas, era ser comunista, era pertencer ao Partido Comunista. Começaram a pipocar as divergências depois disso. Parece que as pessoas começaram a entender que a pessoa podia ser revolucionária, sonhar uma sociedade futura sem pertencer a um partido comunista totalmente atrelado a vícios, a uma série de conceitos que não te deixavam evoluir. Não é que as pessoas que estavam no partido fossem ruins, mas elas estavam presas a uma máquina que não funcionava”.<sup>31</sup>

---

<sup>30</sup> Entrevista com Mariano Beser.

<sup>31</sup> Entrevista com Mariano Beser.

No que concerne à resistência propriamente dita, Beser concorda com boa parte da versão divulgada pelos jornais: a construção de barricadas, a interdição dos caminhos de acesso, a distribuição de cupons para controlar a aguardente na área, a proibição da entrada dos que não tivessem permissão, a partilha das refeições através da organização de uma cozinha coletiva no acampamento etc. Segundo ele, mais de 90% das famílias que participaram da ocupação de novembro de 61, que teria envolvido aproximadamente quatro mil pessoas, eram moradores de Cachoeiras de Macacu. Outro episódio verídico teria sido a retenção de alguns indivíduos acusados de grilagem e de um oficial de justiça, justificando o fato como um revide à prisão em Cachoeiras de vários lavradores.

Dentre as informações obtidas a partir do relato, resta agora explicitar os fatores que levaram ao desaparecimento de Beser do cenário do conflito após dezembro de 1961. Ele afirma que escapou ao cerco da Polícia Militar junto com dois companheiros, confirmando que atirou seu jipe em uma ribanceira para evitar a perseguição da polícia, que ficou com receio de embrenhar-se num pântano atrás dos fugitivos e limitou-se a disparar a esmo na direção da fuga.

No entanto, o mais relevante no desfecho da participação de Beser em Boa Morte fica por conta da forma como o PCB teria impedido o seu retorno após a concessão do *habeas-corpus*, que colocou-o novamente em liberdade depois da sua prisão em Niterói. Ele articula claramente a perseguição da justiça, que queria extraditá-lo por não possuir naturalidade brasileira, com as pressões exercidas pelo partido, que influenciaram inclusive o posicionamento de Francisco Julião sobre o caso.

“Houve uma pressão muito grande, uma pressão de âmbito nacional porque era um mal exemplo para os próprios militantes do Partido Comunista... Então o partido se mobilizou muito rápido para sufocar aquilo. Um dos modos de sufocar foi me arrastar para a cidade. Eles conseguiram por várias manobras. Fui envolvido para que ficasse aqui na cidade, ficasse escondido, não voltasse, não saísse que eu iria ser preso. Eles

alimentavam a reação para que me perseguissem. Ordens de prisão, mandatos, condenações, uma série de coisas que eu estava sujeito e tal, para poder me manter escondido... Eu me senti assim, eu fui prisioneiro da esquerda no Brasil! Eu confesso que até dos próprios grupos de Julião. Eles entraram naquela porque o Julião tinha um certo, vamos dizer, um receio do Partido Comunista. Ele tinha a sua carreira e não queria se queimar... Fui perdendo o contato até que eu resolvi que encerrava por ali a minha carreira e fui ser lavrador em Guaratiba. Isso foi em 63, vendi uma posse que eu tinha em Itaguaí, comprei outra posse, era na estrada de Capoeira Grande. Fui cuidando assim da minha lavoura, cuidando da minha família e tal. Tinha alguns contatos com esses estudantes que eram da POLOP, eles me convidavam para fazer debates, mas era uma coisa muito acadêmica, eles mais vinham para se aconselhar... Fui convidado inclusive para ir a Minas. Lá em Minas organizei os camponeses na área de Três Marias”.<sup>32</sup>

Termina assim a exposição sobre a presença de Beser em Boa Morte. Em diversos trechos da narrativa ele ilustra seu relato sobre os acontecimentos de Cachoeiras com longas divagações acerca do caráter do lavrador envolvido na luta pela terra. Nesses momentos torna-se patente o idealismo que impregna o olhar sobre tais agentes sociais na argumentação do entrevistado, que em alguns casos se desdobra no estabelecimento de normas de conduta destinadas a reprimir impulsos considerados prejudiciais ao movimento, como, por exemplo, a proibição do consumo de bebidas alcoólicas no interior do acampamento. Na entrevista ele ainda conta a forma como foi preso e torturado pelos militares depois do golpe, tendo sido processado e interrogado pelo Exército. Entretanto, não obtive nenhuma referência ao seu nome na relação dos atingidos pela repressão na listagem do Projeto “Brasil: Nunca Mais”.

---

<sup>32</sup> Entrevista com Mariano Beser.



## Considerações finais

A posição dos estudiosos das mobilizações no meio rural da década de sessenta é relativamente confortável. Nas interpretações que visam compreender as lutas sociais não cabe arbitrar qual dos competidores melhor traduzia na prática a sua coerência no campo das idéias. As diversas agências envolvidas no episódio de São José da Boa Morte explicitam suas divergências na orientação e no apoio aos lavradores respaldadas pelos argumentos que sustentam seus projetos políticos antagônicos. E não cabe avaliar a eficácia da intervenção dos diversos agentes naquela conjuntura específica nos limites deste artigo. A preocupação central foi recuperar a forma dramática que assume a divergência num contexto nitidamente desfavorável ao êxito da luta protagonizada pelos lavradores.

O próprio Mariano Beser revela, nas fronteiras da sua retórica, que vários militantes se rebelam contra os ditames do partido estimulados pela pressão dos trabalhadores em luta pela terra. Todavia, não é despropositado afirmar que no discurso e na prática social dos insatisfeitos com o PCB persiste a tese da necessidade da vanguarda esclarecida. Temo que a propalada miséria do lavrador, segundo o olhar militante, responsável por uma certa inapetência política destes últimos, concorre para inibir a análise das demais motivações que mobilizaram tantos pela conquista da reforma agrária.

Em meio ao fogo cruzado da polêmica acerca do papel desempenhado por algumas lideranças resta analisar o impacto da dissensão na organização do movimento. É evidente que o maior obstáculo para levar a cabo tal tarefa remete à impossibilidade de resgatar a versão dos posseiros, que participaram ativamente das ocupações.<sup>33</sup> Por outro lado, a fixação de uma imagem idealizada e, não raramente, caricatural do habitante do campo brasileiro,

---

<sup>33</sup> Só consegui entrevistar três posseiros que vivenciaram o ocorrido na década de sessenta e residiam no local desde o princípio dos anos cinquenta. O material coletado nestas entrevistas será utilizado na redação de outro artigo, cuja abordagem implicará um enfoque bem diferenciado.

verificável nos documentos e nas declarações de alguns militantes, revela um certo desconhecimento da importância conferida pelo lavrador à posse da terra para o cultivo, que motiva a participação expressiva destes trabalhadores em movimentos tão incertos quanto seculares.<sup>34</sup>

É a persistência da luta pela terra na região que fornece indícios para pensar a controvérsia provocada pelas acusações como apenas mais uma dificuldade. Tal suposição assinala que a substituição dos personagens ligados aos partidos e organizações implicados não esmoreceu o ânimo dos lavradores. Nem mesmo durante o período de maior repressão do regime militar Cachoeiras de Macacu escapou da “apuração das atividades subversivas”, já que em 1968 um outro IPM é aberto para denunciar, principalmente, o pároco local Gerson da Conceição de envolvimento com a VAR-Palmares, que estaria treinando os lavradores do município para a guerrilha contra o governo.<sup>35</sup> A comprovação da recorrência da organização rural é registrada pela desapropriação de 4.828 hectares de terras em São José da Boa Morte através do Decreto Nº 85.661, datado em 22 de janeiro de 1981 e assinado pelo então general presidente João Batista Figueiredo.<sup>36</sup> O próprio Conselho de Segurança Nacional recomendou à Presidência da República a realização dessa nova desapropriação na tentativa de impedir o agravamento da tensão social, que havia retornado intensamente a partir de 1979.

---

<sup>34</sup> A provocação feita por Noam Chomsky, quando se referiu à questão agrária no Brasil como um “terrível escândalo” durante a sua visita em novembro de 1996, é emblemática: “os donos da terra não querem abrir mão delas, assim como os senhores de engenho não queriam abrir mão de seus escravos... A solução para a questão agrária é a mesma, a luta, que acabou com a escravidão”.

<sup>35</sup> Esse IPM pode ser consultado na coleção do Projeto “Brasil: Nunca Mais” sob o número 57.

<sup>36</sup> *Diário Oficial da União*, 22 de janeiro de 1981, Seção I, Parte I, pp. 1536-7.

Em suma, a manutenção do conflito evidencia a precipitação das análises que enxergam na manipulação de ingênuos lavradores a motivação fundamental para o embate por melhores condições de vida. Fica a pergunta se o descompasso entre a agenda política dos partidos e os anseios dos trabalhadores é capaz de questionar a insistência de palavras de ordem destituídas de significado para a maioria dos envolvidos na luta pela posse da terra.

### Bibliografia

- BELOCH, Israel & ABREU, Alzira Alves de (coord.). 1984. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983*. Rio de Janeiro, Forense Universitária / CPDOC / FINEP, 4 vols., il.
- BOURDIEU, Pierre. 1996. *Razões práticas sobre a teoria da ação*. Campinas, Papirus.
- DREIFUSS, René Armand. 1981. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis, Vozes.
- GORENDER, Jacob. 1987. *Combate nas trevas, a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*, São Paulo, Ática.
- GRYNSZPAN, Mário. 1987. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Rio de Janeiro, Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. 1990. "Ação política e atores sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada". In: *Dados - Revista de Ciências Sociais*, v. 33, nº 2: 285-310.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. 1988. *Da proletarização renovada à reinvenção do campesinato*, Rio de Janeiro, Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. 1979. *Reconstituição do conflito de Boa Morte*, Rio de Janeiro, PPGAS/UFRJ (mimeo).
- PANDOLFI, Dulce. 1995. *Camargas e companheiros: memória e história do PCB*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- RIDENTI, Marcelo Siqueira. 1989. *O fantasma da revolução brasileira: raízes sociais das esquerdas armadas. 1964-1974*. Tese de Doutora-

do apresentada ao Departamento de Sociologia da USP.

SILVA, Luiz Rogério Oliveira da. 1994. *Luta pela terra em São José da Boa Morte: participação política e representação social no cotidiano dos lavradores (1960-1964)*, Assis, Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-

Graduação em História da Universidade Estadual Paulista/Assis.

\_\_\_\_\_. 1995. "Luta pela terra em São José da Boa Morte: o conflito social como pretexto para o estudo das representações autoritárias". In: *Revista Pós-História*. Assis, UNESP, v. 3, 1995, pp. 195-213.